



DESTAQUES DA SEMANA

INSS



- eSocial – Manutenção programada dos módulos web simplificados, inclusive doméstico.

ICMS



- Nova sistemática de benefícios fiscais incentiva aumento de compras no RS – Empresas beneficiadas com créditos presumidos deverão priorizar fornecedores do Estado para poder usufruir de 100% do incentivo.
- Concessão de redução da base de cálculo do ICMS no fornecimento de refeição promovido por bares, restaurantes e estabelecimentos similares.
- Produtores enquadrados na agricultura familiar ou na agroindústria familiar – Isenção de ICMS – Crédito presumido de ICMS.
- Isenção do ICMS a operações com medicamento destinado ao tratamento dos portadores do vírus da AIDS – Acrescido Entricitabina (NCM 2934.99.29).
- Isenção do ICMS nas operações com fármacos e medicamentos

destinados a órgãos da Administração Pública Direta Federal, Estadual e Municipal – Acrescidos itens ao Anexo Único do Convênio ICMS n. 87/2002.

- Redução da base de cálculo nas operações com equipamentos industriais e implementos agrícolas – Dispensa do estorno do crédito do imposto relativo à entrada de mercadoria cuja operação subsequente – Alteração no Convênio ICMS n. 52/1991.
- Isenção do ICMS nas operações com fármacos e medicamentos destinados a órgãos da Administração Pública Direta Federal, Estadual e Municipal.
- Remessas de mercadorias para formação de lote de exportação em recintos alfandegados – Alterações no Convênio ICMS n. 83/2006.
- Saída de mercadoria realizada com o fim específico de exportação – Alterações no Convênio ICMS n. 84/2009.
- Publicações de Ajustes SINIEF.
- Programa “EM RECUPERAÇÃO” – Parcelamento de débitos, tributários e não tributários, de empresário ou sociedade empresária em processo de recuperação judicial.

- Alterações no RICMS/RS, divulgadas pela SEFAZ/RS:
 - a) REPETRO-SPED:
 - a.1) Condições para fruição dos benefícios e menção a “isenção” em benefício de redução de base de cálculo do ICMS;
 - a.2) Conceito de utilização econômica nos benefícios;
 - a.3) Responsável pelo pagamento do imposto suspenso.
 - b) Simples Nacional – Entrega da DeSTDA pelos contribuintes optantes – Realiza ajustes técnicos;
 - c) ICMS ST – Operações com materiais de limpeza – Incluída referência a Protocolo;
 - d) Revogado o Apêndice XLI;
 - e) MDF-e – Alteradas disposições regulamentares sobre a dispensa de emissão;
 - f) Procedimentos em relação pedido de regime especial;
 - g) Estabelecimentos fabricantes de calçados ou de artefatos de couro:
 - g.1) Suspensão do diferimento na devolução ao estabelecimento fabricante – Prorrogação por prazo indeterminado;
 - g.2) Crédito fiscal presumido – Prorrogação por prazo indeterminado;
 - g.3) Nota Fiscal – Ajuste técnico em relação ao campo destinado ao destaque do imposto da parte não diferida.
 - h) Manutenção de crédito nas operações com fármacos e medicamentos destinados a órgãos da administração pública direta e indireta Federal, Estadual e Municipal, e a suas fundações públicas.
- Alterações na Instrução Normativa DRP 45/98, divulgadas pela SEFAZ/RS:
 - a) Quitação ou parcelamento de débitos – Alterações;
 - b) Restituição de ICMS por demanda de potência não utilizada de energia elétrica;
 - c) Emissão de NF-e nas operações com jornais e produtos agregados com imunidade tributária realizadas por empresas jornalísticas, distribuidores e consignatários;
 - d) TJLP – 4º Trimestre de 2021;
 - e) Registro de passagem nas operações interestaduais com gasolinas, exceto de aviação, e óleo diesel;
 - f) Revogadas instruções acerca da GIA-SN.



OBRIGAÇÕES DA SEMANA

10/10

ISSQN-DECWeb – P. ALEGRE | Entrega da declaração referente ao mês de setembro – IN n. 06/07.

11/10

ICMS/RS – ST – DEMAIS MERCADORIAS | Recolhimento de ICMS substituição tributária das operações internas referente a setembro.

ICMS/RS – CARNE VERDE (OU TEMPERADA) DE AVES | Recolhimento, pelos estabelecimentos abatedores (inclusive ponto de vendas ou distribuição do abatedor) de aves registrados no SER-PA, referente agosto.

ISSQN – P. ALEGRE | Recolhimento relativo ao mês de setembro.

13/10

ICMS/RS – ST – MERCADORIAS RELACIONADAS NO APÊNDICE III, SEÇÃO II, ITEM VIII, DO RICMS | Recolhimento de ICMS substituição tributária das operações internas referente ao mês de agosto.

ICMS/RS | Recolhimento, pelos estabelecimentos comerciais, categoria geral, relativo ao mês de setembro.

ICMS/RS | Recolhimento, pelos contribuintes enquadrados na categoria geral, referente ao mês de setembro, relativo às saídas sujeitas ao IPI, inclusive alíquota zero.

14/10

IR-FONTE | Recolhimento referente ao 1º decêndio de outubro das retenções efetuadas sobre aplicações financeiras, juros sobre capital próprio, prêmios (concursos e sorteios), multas/vantagens/rescisão de contrato.

IOF | Recolhimento referente ao 1º decêndio de outubro do IOF sobre Operações de Crédito, Câmbio, Seguros, Factoring e Ouro-ativo financeiro.

15/10

INSS | Recolhimento das contribuições previdenciárias dos contribuintes individuais, facultativos e segurado especial (na condição de contribuinte individual), relativas a setembro.

INSS TRIMESTRAL | Recolhimento das contribuições previdenciárias dos contribuintes individuais, facultativos e empregados domésticos, relativas ao 3º Trimestre/2021.



OBRIGAÇÕES DA SEMANA

EFD-CONTRIBUIÇÕES | Entrega do arquivo referente ao mês de agosto.

CIDE | Pagamento referente ao mês de setembro. Combustíveis (Código 9331); Remessas ao exterior de remuneração/“royalties” (Código 8741).

PIS/COFINS – AUTOPEÇAS/RETENÇÕES | Recolhimento referente a 2ª quinzena de setembro.

EFD-Reinf | Entrega relativa ao mês de setembro/2021, pelas entidades compreendidas no 1º, 2º e 3º Grupos do eSocial – IN RFB 1.701/2017.

DCTFWeb | Entrega da relativa ao mês de setembro/2021, pelas entidades compreendidas no 1º Grupo (faturamento em 2016 acima de R\$ 78.000.000,00), 2º Grupo (faturamento em 2017 acima de R\$ 4.800.000,00), e do 3º Grupo (demais pessoas jurídicas) que tenham optado por antecipar a obrigatoriedade a partir de março de 2021 – IN n. 2.005/2021.

GIA/ICMS-RS | Entrega da GIA, relativa ao mês de setembro.

EFD-ICMS/IPI | Entrega do arquivo referente ao mês de setembro.

ISSQN-DEC – P. ALEGRE | Apresentação, pelas sociedades de

profissionais, da declaração relativa ao 3º Trimestre/2021 – IN 06/07.

OBSERVAÇÕES:

IMPORTANTE – NOTA FISCAL GAÚCHA | Os contribuintes, não obrigados à entrega da Escrituração Fiscal Digital – EFD e/ou que não emitam Nota Fiscal a Consumidor Eletrônica (NFC-e), deverão transmitir os arquivos à SEFAZ/RS, considerando o 8º dígito de seu número de CNPJ, a partir do dia 10 do mês subsequente ao da emissão. Resolução n. 03/2013, arts. 2º e 11.

(*) Antecipar o recolhimento, se não houver expediente bancário no dia indicado. (Exemplo: Feriado Municipal)



INSS

eSOCIAL –MANUTENÇÃO PROGRAMADA DOS MÓDULOS WEB SIMPLIFICADOS, INCLUSIVE DOMÉSTICO

Segundo Nota publicada no Portal do eSocial no último dia 07, em virtude da implantação das alterações trazidas pelas Notas Técnicas NT S-1.0 n. 03/2021 e NT 2.5 n. 22/2021, a funcionalidade de folha de pagamento de outubro/21 dos módulos simplificados do eSocial, inclusive o módulo doméstico, só estará disponível a partir do dia 25/10.

Outubro marca a entrada da folha de pagamento de novos grupos no eSocial e das alterações trazidas pelas Notas Técnicas NT S-1.0 n. 03/2021 e NT 2.5 n. 22/2021. Para a atualização do eSocial, algumas funcionalidades estarão indisponíveis até o dia 25/10.

- **Módulos web simplificados de pessoas físicas e jurídicas, inclusive doméstico**

A folha de pagamento do mês de outubro/2021 de todos os módulos web simplificados (com vencimento em 07 de novembro) estará temporariamente indisponível durante o período de manutenção, com previsão de retorno no dia 25/10. Isso inclui o

módulo web doméstico, o app do Empregador Doméstico para celular, o módulo web MEI – Microempreendedor Individual, e o módulo para o Segurado Especial. As folhas dos demais meses, bem como as outras ferramentas do sistema, estarão disponíveis e poderão ser usadas normalmente.

- **Web servisse**

Durante o período de manutenção programada, não será possível encerrar as folhas de pagamento da competência outubro/21. A liberação está prevista para o próximo dia 25/10. Os empregadores MEI ou Segurados Especiais que prestam suas informações de folha por meio do WS conseguirão transmitir eventos de remuneração, mas não encerrar a folha de outubro/21.

ICMS

NOVA SISTEMÁTICA DE BENEFÍCIOS FISCAIS INCENTIVA AUMENTO DE COMPRAS NO RS – EMPRESAS BENEFICIADAS COM CRÉDITOS PRESUMIDOS DEVERÃO PRIORIZAR FORNECEDORES DO ESTADO PARA PODER USUFRUIR DE 100% DO INCENTIVO

De acordo com a publicação da notícia no site da Sefaz RS no dia 30 de setembro de 2021, foi publicada medida com a nova



sistemática de benefícios fiscais que incentivará a compra de bens dentro do Estado, fortalecendo a economia local.

Veja, abaixo, a notícia na íntegra:

“Nova sistemática de benefícios fiscais incentiva aumento de compras no RS

O governo gaúcho agrega à sua estratégia de revisão dos benefícios fiscais uma medida que incentivará a compra de bens dentro do Estado, fortalecendo a economia local. A proposta que está sendo apresentada, de fruição condicionada de benefícios fiscais, prevê que parte dos créditos presumidos seja concedida às empresas de acordo com o comportamento de compra de cada estabelecimento, pontuando mais aqueles que fizerem mais aquisições no Estado.

A medida foi apresentada pelo governador Eduardo Leite, nesta quinta-feira (30/9), em reunião com deputados. O objetivo é dar sequência à política de revisão de benefícios fiscais, além de ser uma exigência ao processo de adesão ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF). A autorização para a revisão dos benefícios fiscais foi aprovada pela Assembleia Legislativa, conforme LC 15.138/2018 alterada pela LC 15.601/2021, art. 2º.

Todos os créditos presumidos que venceriam em dezembro de 2021 estão sendo prorrogados sem data fim e sem alterações pelo Executivo mediante decretos publicados no Diário Oficial do Estado (DOE). A medida de fruição condicionada passará a vigorar em janeiro de 2022 e haverá uma transição em três anos (2022 a 2024) para que a sistemática seja integralmente implementada.

Nada muda para grande parte dos créditos presumidos, como nos casos em que as empresas beneficiadas tenham alta dependência de insumos e máquinas de fora do Estado ou quando o benefício é concedido com base em contratos de investimentos.

Para os demais créditos presumidos, 85% também se manterá integralmente, ficando apenas 15% dependendo do perfil de compras de mercadorias e máquinas da empresa: quanto mais a empresa comprar do Estado, mais se aproximará de aproveitar os 100% do benefício atual.

“O Estado precisa apresentar medidas de revisão dos benefícios fiscais para aderir ao Regime de Recuperação Fiscal e esse foi o caminho que nós escolhemos por considerarmos inovador, pois além de positivo do ponto de vista da



ALTERAÇÕES

VOLTAR

revisão de benefícios, é positivo também do ponto de vista econômico”, afirmou Leite. O governador destacou ainda a importância do RRF para que o Estado siga na agenda de recuperação fiscal. “Temos um Estado industrializado e com economia diversificada e que precisa seguir fazendo ajustes para fortalecer o seu desenvolvimento”.

O chefe da Casa Civil, Artur Lemos Júnior, ressaltou que a renovação dos benefícios fiscais costumava depender de decretos periódicos do Executivo, o que afetava o planejamento das empresas. “Agora, sem prazo determinado, é possível que os empreendedores olhem seus negócios num prazo maior, sendo isso também uma demanda de diferentes setores. Há inovação, ainda, na possibilidade que se abre para o fortalecimento ou vinda de novos negócios para abastecer a economia local”, explicou.

“Estamos dando seguimento à revisão das desonerações de uma maneira que consideramos inteligente, não simplesmente fazendo um corte linear indiscriminado. Além de avançar na adesão ao RRF, buscamos auxiliar no crescimento do Estado com mais uma medida tributária pró-desenvolvimento local”, disse o secretário da Fazenda, Marco Aurelio

Cardoso. “É muito importante frisar que os contratos de investimentos assinados não serão afetados pela proposta”, acrescentou.

- **85% dos benefícios concedidos serão mantidos integralmente**

A medida abrange apenas os créditos presumidos classificados como “livres de baixa dependência interestadual”, ou seja, não afeta aqueles que exigem a realização de contratos com o Estado, como o Fundopem, ou os que são concedidos para financiar políticas de fomento ao desenvolvimento de determinados setores ou atividades, como Fundovitis e Pró-Cultura/RS.

Também não serão alterados os benefícios concedidos justamente para compensar o custo de aquisição de bens que não são produzidos no Estado, como o aço, nem os que são concedidos com o objetivo de simplificar o cumprimento de obrigações relativas à apuração do imposto para determinados tipos de contribuintes, caso dos “restaurantes”.

Os créditos presumidos que não se enquadram nas categorias acima são considerados “livres”, mas nem todos os “livres” serão alterados, ficando de fora aqueles créditos em



ALTERAÇÕES

VOLTAR

que as empresas beneficiárias tenham alta dependência de aquisições interestaduais, que se caracteriza quando, em conjunto, adquirem mais de 75% de outros Estados.

Segundo a Receita Estadual, atualmente, os créditos presumidos representam cerca de R\$ 4,3 bilhões em receitas que o Estado direciona por ano a favor do desenvolvimento dos negócios.

Desse total, cerca de R\$ 1,6 bilhão não terá nenhuma alteração. Os demais beneficiários de créditos presumidos “livres”, que absorvem cerca de R\$ 2,7 bilhões dos benefícios fiscais do Estado, são aqueles estabelecimentos que já tenham fornecedores gaúchos e que, portanto, poderão ampliar as suas aquisições internas, segundo dados extraídos da base de declarações fiscais da Receita Estadual.

Para esses R\$ 2,7 bilhões, 85% dos benefícios ficarão inalterados (o que representa R\$ 2,3 bilhões) e apenas 15% (R\$ 400 milhões) serão variáveis, em uma transição de três anos (2022-2024). Assim, a dedução máxima será de 5% em 2022, de 10% em 2023 e somente a partir de 2024 é que poderá ser deduzido até 15% do crédito presumido concedido, de acordo com as novas regras da fruição condicionada.

De acordo com projeções da Receita Estadual, a média das reduções girará em 8,9%, caso as empresas não ampliem suas aquisições internas. Conforme o subsecretário da Receita Estadual, Ricardo Neves Pereira, a lógica da proposta é premiar comportamentos de compra favoráveis ao desenvolvimento do Estado e à arrecadação, somando-se a outras medidas que estimulam a atividade econômica do Estado, como o fim do Difal e a redução da carga efetiva de 18% para 12% nas compras internas.

“Quanto maior a participação das aquisições internas e das importações pelo Rio Grande do Sul, maior o montante de créditos presumidos que cada estabelecimento poderá aproveitar, incentivando a geração de receitas tributárias e empregos para o Estado e para os municípios”, explica Ricardo Neves, destacando que essa é mais uma medida de modernização do sistema tributário do Rio Grande do Sul.

- **Mecanismo de valorização do comportamento de compra**

Como mencionado, 85% do valor do crédito presumido a que uma empresa usufruiu, segundo as regras vigentes, será mantido integralmente. Os demais 15% serão variáveis, de acordo com o perfil de compras de mercadorias e máqui-



ALTERAÇÕES

VOLTAR

nas. A soma das duas parcelas determinará um coeficiente chamado de Fator de Ajuste de Fruição (FAF), que poderá variar, a partir de 2024, de 85% a 100%.

Assim, um estabelecimento que compra todos os seus insumos e máquinas de fornecedores gaúchos teria um FAF de 100% (crédito presumido integral), sendo 85% da parcela fixa e mais os 15% da parcela variável. Por outro lado, um estabelecimento que adquire apenas uma parte de seus insumos ou máquinas de fornecedores gaúchos, terá os 85% da parcela fixa mais um percentual da parcela variável, ou seja, o FAF será entre 85% e 100%, o que equivale a dizer que o estabelecimento deixará de usufruir todo o crédito presumido original.

Segundo o subsecretário da Receita, considerando que nenhum setor ampliasse as compras no Estado, a dedução média entre todas as empresas beneficiadas implicaria aumento de arrecadação em R\$ 240 milhões por ano. “Isso mostra que o foco principal da política de fruição condicionada é o desenvolvimento econômico, e não os ganhos arrecadatórios.” Mas, continua, “os ganhos com a redução do ICMS que é pago a outros Estados, numa estimativa conservadora,

poderia superar os R\$ 265 milhões por ano”. O subsecretário destaca, ainda, que “todo o processo será monitorado no âmbito do programa Desenvolve RS, uma das iniciativas do Programa Receita 2030, para a permitir a avaliação permanente dos seus efeitos sobre a competitividade dos diversos setores econômicos e para desencadear ações e medidas tributárias que se fizerem necessárias para estimular a oferta interna de insumos e máquinas e, assim, garantir cada vez mais competitividade para as empresas gaúchas.”

- **O que muda para as empresas:**

- Na prática, serão mantidos 100% dos incentivos concedidos mediante realização de contratos com o Estado, para financiar políticas de fomento ao desenvolvimento de setores ou atividades, para compensar o custo de aquisição de bens que não são produzidos no Estado ou para simplificar o cumprimento de obrigações relativas à apuração do imposto.
- Entre os créditos presumidos “livres”, nada muda para os que têm alta dependência de insumos e máquinas de fora do Estado.
- Para os créditos presumidos “livres” com baixa depen-



ALTERAÇÕES

VOLTAR

dência de fornecedores de outros Estados são garantidos pelo menos 85% do benefício atual. Para utilizar 100% do benefício, as empresas terão de ampliar suas compras no Estado. Aquelas que dependem mais de bens de outros Estados terão sua pontuação ponderada conforme a capacidade de comprar mais no RS. Por isso, a dedução média é de 8,9%, sendo 15% o limite máximo de redução, a partir de 2024.

- **Resumo:**

CRÉDITOS PRESUMIDOS EM GERAL	CRÉDITOS PRESUMIDOS LIVRES COM ALTA DEPENDÊNCIA DE INSUMOS DE FORA	CRÉDITOS PRESUMIDOS LIVRES COM BAIXA DEPENDÊNCIA DE BENS DE FORA
Nada muda. 100% do benefício atual assegurado.	Nada muda. 100% do benefício atual assegurado.	85% do benefício atual assegurado (parcela fixa). Até 15% podem ser adicionados à parcela fixa, conforme percentual de compras no RS, mas isso será de forma gradual. Média projetada de dedução é de 8,9% a partir de janeiro, com período de transição e limite de dedução progressivo. Para garantir 100% do benefício, aquisições devem ser feitas no RS.
Para todos os casos, créditos presumidos que venceriam em dezembro de 2021 foram prorrogados sem data fim e sem alterações.		

- **O que muda para o desenvolvimento do Estado:**

Para os municípios, a política de fruição condicionada auxiliará a fortalecer a estrutura produtiva gaúcha, adensando as cadeias produtivas, gerando empregos, aumentando a massa salarial, gerando desenvolvimento tecnológico e arrecadação tributária.

Ao “premiar” as empresas que priorizarem as aquisições internas, a política deve motivar diversos setores econômicos locais a ampliar seus esforços no sentido de cooperar com o Estado e com outras instituições de desenvolvimento para encontrar soluções e fornecedores dispostos a realizar operações fabris ou comerciais em território gaúcho.

Estima-se que cada ponto percentual de dedução da participação das aquisições interestaduais pode representar um ganho “potencial” de arrecadação de ICMS de cerca de R\$ 40 milhões/ano para o Estado, receita compartilhada com os municípios.

- **O que já foi feito na política de revisão de benefícios fiscais:**

- Desde 2019, o governo adota ações de modernização da administração tributária. A Receita Estadual mudou o



foco de atuação em diferentes frentes, intensificando estudos sobre os benefícios fiscais e ampliando iniciativas de transparência que já vinham sendo adotadas no Portal Receita Dados, por exemplo. Foram definidas 30 medidas para a modernização da administração tributária (programa Receita 2030), sendo uma delas a nova gestão dos benefícios fiscais.

- Foi estabelecida uma nova governança proposta pelo Poder Executivo para ampliar a transparência e avaliar a efetividade das desonerações, numa política adequada às exigências da Lei Federal 160/2017 e ao Convênio do Confaz 190/17. Foi criado o Comitê de Controle e Gestão de Incentivos Fiscais (Decreto N. 54.581/2019).*
- Houve maior aproximação ao Poder Legislativo nas discussões sobre os benefícios fiscais. O governo repassou ao Tribunal de Contas do Estado (TCE) dados completos sobre os benefícios fiscais desde 2014, incluindo a lista de empresas. A iniciativa inédita reforça a aproximação com o TCE para a construção de soluções conjuntas para transparência, controle e acompanhamento da efetividade dos benefícios e também faz parte do Receita 2030.*

- Em 2020, foram lançados os mais aprofundados estudos técnicos de avaliação econômica dos Incentivos Fiscais do Estado, em parceria com universidades e Ministério da Economia, além de proposta uma discussão sobre revisão de benefícios fiscais no âmbito da Reforma Tributária RS, que culminou com a Revisão do Simples Gaúcho, o fim do Difal e a redução da carga efetiva das compras internas. Além de diversas medidas para a competitividade do Estado, a Reforma também determinou a redução da alíquota modal do RS de 18%, em 2020, para 17,5% em 2021.*

Texto: Ascom Sefaz

Edição: Secom”

CONCESSÃO DE REDUÇÃO DA BASE DE CÁLCULO DO ICMS NO FORNECIMENTO DE REFEIÇÃO PROMOVIDO POR BARES, RESTAURANTES E ESTABELECIMENTOS SIMILARES

O Convênio ICMS n. 146/2021, DOU de 06 de outubro de 2021, autoriza a concessão de redução da base de cálculo do ICMS no fornecimento de refeição promovido por bares, restaurantes e estabelecimentos similares.



ALTERAÇÕES

VOLTAR

Com essa publicação, o Estado do Rio Grande do Sul fica autorizado a conceder, na forma e condições estabelecidas em sua legislação, redução da base de cálculo do ICMS de forma que a carga tributária seja equivalente à aplicação de percentual não inferior a 3,50% (três inteiros e cinquenta centésimos por cento) sobre o valor do fornecimento de refeições promovido por bares, restaurantes e estabelecimentos similares, assim como na saída promovida por empresas preparadoras de refeições coletivas, inclusive sobre o fornecimento ou a saída de bebidas.

Na fruição do benefício é vedada a apropriação de qualquer crédito fiscal.

Além disso, o benefício não se aplica aos optantes do Simples Nacional.

PRODUTORES ENQUADRADOS NA AGRICULTURA FAMILIAR OU NA AGROINDÚSTRIA FAMILIAR – ISENÇÃO DE ICMS – CRÉDITO PRESUMIDO DE ICMS

O Convênio ICMS n. 147/2021, DOU de 06 de outubro de 2021, dispõe sobre a adesão de Alagoas, Amazonas, Piauí, Rio Grande do Sul Roraima e Santa Catarina e altera o Convênio ICMS n.

102/2021, que autoriza as unidades federadas que menciona a conceder isenção do ICMS nas saídas internas promovidas por produtores enquadrados na agricultura familiar ou na agroindústria familiar, bem como crédito presumido nas entradas de produtos fornecidos por agroindústria familiar, nas condições que especifica.

ISENÇÃO DO ICMS A OPERAÇÕES COM MEDICAMENTO DESTINADO AO TRATAMENTO DOS PORTADORES DO VÍRUS DA AIDS – ACRESCIDO ENTRICITABINA (NCM 2934.99.29)

O Convênio ICMS n. 157/2021, DOU de 06 de outubro de 2021, altera o Convênio ICMS n. 10/2002, que concede isenção do ICMS a operações com medicamento destinado ao tratamento dos portadores do vírus da AIDS.

Com essa publicação, o item 12 fica acrescido à alínea “a” do inciso II da cláusula primeira do Convênio ICMS n. 10/2002, com a seguinte redação: “12 – Entricitabina, 2934.99.29;”.



ALTERAÇÕES

[VOLTAR](#)

ISENÇÃO DO ICMS NAS OPERAÇÕES COM FÁRMACOS E MEDICAMENTOS DESTINADOS A ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL – ACRESCIDOS ITENS AO ANEXO ÚNICO DO CONVÊNIO ICMS N. 87/2002

O Convênio ICMS n. 158/2021, DOU de 06 de outubro de 2021, altera o Convênio ICMS n. 87/2002, que concede isenção do ICMS nas operações com fármacos e medicamentos destinados a órgãos da Administração Pública Direta Federal, Estadual e Municipal.

Os itens 242 e 243 ficam acrescidos ao Anexo Único do Convênio ICMS n. 87/2002, com as seguintes redações:

ITEM	FÁRMACOS	NCM	MEDICAMENTOS	NCM
		FÁRMACOS		MEDICAMENTOS
242	Alentuzumabe	3002.13.00	Alentuzumabe 10 mg/mL – Solução p/ diluição p/ infusão	3002.15.90
243	Ocrelizumabe	3002.13.00	Ocrelizumabe 30 mg/ mL SOL DIL INFUS IV CT FA VD TRANS X 10 mL	3002.15.90

REDUÇÃO DA BASE DE CÁLCULO NAS OPERAÇÕES COM EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS – DISPENSA DO ESTORNO DO CRÉDITO DO IMPOSTO RELATIVO À ENTRADA DE MERCADORIA CUJA OPERAÇÃO SUBSEQUENTE – ALTERAÇÃO NO CONVÊNIO ICMS N. 52/1991

O Convênio ICMS n. 165/2021, DOU de 08 de outubro de 2021, altera o Convênio ICMS n. 52/1991, que concede redução da base de cálculo nas operações com equipamentos industriais e implementos agrícolas.

Com essa publicação os Estados do Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina ficam autorizados a não aplicar a dispensa do estorno do crédito do imposto relativo à entrada de mercadoria cuja operação subsequente seja beneficiada pela redução da base de cálculo de que trata o Convênio.

ISENÇÃO DO ICMS NAS OPERAÇÕES COM FÁRMACOS E MEDICAMENTOS DESTINADOS A ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA FEDERAL, ESTADUAL E MUNICIPAL

O Convênio ICMS n. 166/2021, DOU de 08 de outubro 2021, altera o Convênio ICMS n. 133/2021, que altera o Convênio ICMS n. 87/2002, que concede isenção do ICMS nas operações com fármacos e medicamentos destinados a órgãos da Administração Pública Direta Federal, Estadual e Municipal.

Com essa publicação, a cláusula primeira do Convênio ICMS n. 133/2021, fica revogada.



REMESSAS DE MERCADORIAS PARA FORMAÇÃO DE LOTE DE EXPORTAÇÃO EM RECINTOS ALFANDEGADOS – ALTERAÇÕES NO CONVÊNIO ICMS N. 83/2006

O Convênio ICMS n. 169/2021, DOU de 08 de outubro de 2021, altera o Convênio ICMS n. 83/2006, que dispõe sobre procedimentos de controle das remessas de mercadorias para formação de lote de exportação em recintos alfandegados.

SAÍDA DE MERCADORIA REALIZADA COM O FIM ESPECÍFICO DE EXPORTAÇÃO – ALTERAÇÕES NO CONVÊNIO ICMS N. 84/2009

O Convênio ICMS n. 170/2021, DOU de 08 de outubro de 2021, altera o Convênio ICMS n. 84/2009, que dispõe sobre as operações de saída de mercadoria realizada com o fim específico de exportação.

PUBLICAÇÕES DE AJUSTES SINIEF

O Despacho CONFAZ n. 69/2021, DOU de 08 de outubro de 2021, publica os Ajustes SINIEF aprovados na 182ª Reunião Ordinária do CONFAZ, realizada no dia 01.10.2021.

- Ajuste SINIEF n. 25/2021 – Altera o Ajuste SINIEF n. 02/2009, que dispõe sobre o Bloco K – Sistema Simplificado na EFD.
- Ajuste SINIEF n. 26/2021 – Dispõe sobre a adesão do Distrito Federal e altera o Ajuste SINIEF n. 20/2018, que dispensa a emissão de nota fiscal na operação interna e na prestação interna de serviço de transporte, relativas à coleta, armazenagem e remessa de resíduos de produtos eletrônicos e seus componentes coletados no território nacional por intermédio de operadoras logísticas.
- Ajuste SINIEF n. 27/2021 – Dispõe sobre os procedimentos que deverão ser observados pelos adquirentes de bens sujeitos ao Regime Tributário e Aduaneiro Especial de Utilização Econômica de Bens Destinados às Atividades de Exploração, Desenvolvimento e Produção de Petróleo e de Gás Natural (REPETRO-SPED ou REPETRO-INDUSTRIALIZAÇÃO).
- Ajuste SINIEF n. 28/2021 – Altera o Ajuste SINIEF n. 36/2019, que institui o Conhecimento de Transporte Eletrônico para Outros Serviços – CT-e OS, e o Documento Auxiliar do CT-e Outros Serviços.
- Ajuste SINIEF n. 29/2021 – Altera o Ajuste SINIEF n. 31/2020, que dispõe sobre procedimentos a serem adotados na



ALTERAÇÕES

VOLTAR

emissão de documento fiscal por estabelecimentos com atividades no segmento de rochas ornamentais.

- Ajuste SINIEF n. 30/2021 – Altera o Ajuste SINIEF n. 1/2019, que institui a Nota Fiscal de Energia Elétrica Eletrônica, modelo 66, e o Documento Auxiliar da Nota Fiscal de Energia Elétrica Eletrônica.
- Ajuste SINIEF n. 31/2021 – Dispõe sobre a adesão do Estado do Paraná e altera o Ajuste SINIEF n. 13/2017, que dispõe sobre regime especial aplicável à remessa para armazenagem e à movimentação de petróleo, seus derivados, e de derivados líquidos de gás natural no sistema dutoviário realizadas pela Petróleo Brasileiro S.A. e pela Petrobras Transportes S.A.
- Ajuste SINIEF n. 32/2021 – Estabelece os critérios de rateio do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante – AFRMM, Taxa de Utilização do Siscomex – Taxa Siscomex – e outras despesas aduaneiras que integrem a base de cálculo do ICMS na Importação.
- Ajuste SINIEF n. 33/2021 – Altera o Ajuste SINIEF n. 21/2010, que institui o Manifesto Eletrônico de Documentos Fiscais MDF-e.
- Ajuste SINIEF n. 34/2021 – Altera o Ajuste SINIEF n. 19/2016, que institui a Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica, modelo 65, e o Documento Auxiliar da Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica.
- Ajuste SINIEF n. 35/2021 – Autoriza as unidades federadas que menciona a dispensar a emissão de documento fiscal na operação e na prestação de serviço de transporte, relativas à devolução, recebimento, armazenagem e remessa de resíduos sólidos coletados por intermédio de entidades gestoras do sistema de logística reversa.
- Ajuste SINIEF n. 36/2021 – Dispõe sobre procedimentos a serem adotados na emissão de documento fiscal por estabelecimentos com atividades no segmento de mineração.
- Ajuste SINIEF n. 37/2021 – Altera o Ajuste SINIEF n. 05/2021, que institui a Declaração de Conteúdo eletrônica – DC-e e a Declaração Auxiliar de Conteúdo eletrônica – DACE.
- Ajuste SINIEF n. 38/2021 – Altera o Ajuste SINIEF n. 7/2005, que institui a Nota Fiscal Eletrônica e o Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica.
- Ajuste SINIEF n. 39/2021 – Altera o Ajuste SINIEF n. 9/2007,



que institui o Conhecimento de Transporte Eletrônico e o Documento Auxiliar do Conhecimento de Transporte Eletrônico.

PROGRAMA “EM RECUPERAÇÃO” – PARCELAMENTO DE DÉBITOS, TRIBUTÁRIOS E NÃO TRIBUTÁRIOS, DE EMPRESÁRIO OU SOCIEDADE EMPRESÁRIA EM PROCESSO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

A Resolução PGE n. 191/2021, DOE RS de 08 de outubro de 2021, regulamenta o disposto no art. 10 do Decreto n. 56.072/2021, que institui o Programa “EM RECUPERAÇÃO”, para parcelamento de débitos, tributários e não tributários, de empresário ou sociedade empresária em processo de recuperação judicial.

Com essa publicação, os requerimentos formulados com fundamento no Decreto n. 56.072/2021, que institui o Programa “EM RECUPERAÇÃO”, para parcelamento de débitos, tributários e não tributários, gerenciados pela Secretaria da Fazenda, de empresário ou sociedade empresária em processo de recuperação judicial, em fase de cobrança judicial ou objeto de qualquer ação judicial, observará as seguintes condições:

- os honorários advocatícios sucumbenciais da execução fiscal e das ações conexas serão pagos à vista ou parcelados, preferencialmente junto com o principal;
- os honorários advocatícios sucumbenciais da execução fiscal, para fins do parcelamento, serão de 10% (dez por cento) do valor atualizado do principal, ainda que valor maior tenha sido fixado pelo juízo;
- os honorários sucumbenciais decorrentes dos embargos à execução e/ou das demais ações judiciais propostas pelo devedor para discutir o débito poderão ser objeto de parcelamento, observados os parâmetros fixados no respectivo título judicial, limitados a 10% (dez por cento) do valor atualizado do principal, ainda que valor maior tenha sido fixado pelo juízo.

Caso a desistência dos embargos à execução e/ou das demais ações judiciais seja apresentada em momento anterior à prolação da sentença, poderá, a critério do Procurador do Estado, ser dispensada a cobrança da verba honorária no processo judicial respectivo.

O pagamento do débito não dispensa o recolhimento de custas, emolumentos e demais despesas processuais ou cartorárias.



ALTERAÇÕES

VOLTAR

O não pagamento dos honorários sucumbenciais ou demais despesas processuais não constituirá impedimento para a manutenção dos benefícios do Programa “EM RECUPERAÇÃO”, nem implicará a revogação do parcelamento, restando, contudo, permitido o prosseguimento dos processos até a quitação dos referidos créditos.

A responsabilidade pela comunicação do parcelamento na execução fiscal é do devedor, sem prejuízo de a diligência ser realizada pela Procuradoria-Geral do Estado.

O devedor poderá obter informações acerca da forma de pagamento, bem como requerer o parcelamento dos honorários advocatícios disciplinados nesta Resolução diretamente na Procuradoria Fiscal, nos processos em tramitação na Capital, ou nas Procuradorias Regionais, nos processos em tramitação no interior do Estado.

ALTERAÇÕES NO RICMS/RS, DIVULGADAS PELA SEFAZ/RS:

1 – Decreto n. 56.126/2021, DOE de 07/10/2021

- **REPETRO-SPED**

- a) **Condições para fruição dos benefícios e menção a**

- “isenção” em benefício de redução de base de cálculo do ICMS – **Alts. 5699 a 5702** – Realiza ajuste técnico para corrigir redação relativa a uma das condições para a fruição dos benefícios e à menção a “isenção” em benefício de redução de base de cálculo do ICMS. (Lv. I, art. 9º, CCII, nota 07, “a”, CCIII, nota 06, “a”, CCIV, nota 06, “a”, e art. 23, LXXXII, nota 03 e nota 06, “a”)

- b) **Conceito de utilização econômica nos benefícios – Alts. 5703 a 5706** – Introduce o conceito de utilização econômica nos benefícios relativos ao REPETRO-SPED de que trata o Conv. ICMS 03/18. (Lv. I, art. 9º, CCII, nota 08, CCIII, nota 07, CCIV, nota 07, e art. 23, LXXXII, nota 08)

- c) **Responsável pelo pagamento do imposto suspenso – Alt. 5707** – Estabelece o responsável pelo pagamento do imposto suspenso no recebimento de bens ou mercadorias importadas do exterior ou adquiridas no mercado nacional com a redução de base de cálculo prevista no Livro I, art. 23, LXXXII, bem como o prazo máximo da suspensão. (Lv. I, art. 55, IX, notas 01 a 04)

2 – Decreto n. 56.127/2021, DOE de 07/10/2021

- **Simples Nacional – Entrega da DeSTDA pelos contri-**



buintes optantes – Realiza ajustes técnicos:

- a) **Alt. 5708** – Ajusta a remissão de dispositivo. (Lv. II, art. 7º-B, III, “b”)
 - b) **Alt. 5709** – Suprime previsão referente à GIA-SN, extinta desde 01/01/16. (Lv. II, art. 174-A, “caput”)
 - **ICMS ST – Operações com materiais de limpeza – Incluída referência a Protocolo** – **Alt. 5710** – Inclui o ano na referência ao Protocolo ICMS 93/09. (Lv. III, art. 214, nota 02)
 - **Revogado o Apêndice XLI** – **Alt. 5711** – Revoga Apêndice vinculado a redução de base de cálculo de ICMS já revogada, que tratava da redução de base de cálculo nas saídas de produtos de ferro e aço, produzidos neste Estado. (Ap. XLI)
- 3 – Decreto n. 56.128/2021, DOE de 07/10/2021
- **MDF-e – Alteradas disposições regulamentares sobre a dispensa de emissão** – **Alt. 5712** – Ajuste SINIEF 08/21 – Modifica hipótese de dispensa de emissão do MDF-e, estabelecendo que a obrigatoriedade de emissão deste documento não se aplica nas operações realizadas por pessoa

física ou jurídica não inscrita no cadastro de contribuintes do ICMS (Lv. II, art. 108-D, parágrafo único, nota, “b”, 2)

4 – Decreto n. 56.129/2021, DOE de 07/10/2021

- **Procedimentos em relação pedido de regime especial** – **Alt. 5713** – Conv. AE 09/72 e ICMS 110/21 – Promove ajustes no procedimento para exame e concessão de regimes especiais de obrigações acessórias relativas aos documentos fiscais e à escrituração fiscal. (Lv. II, arts. 203 e 204, §§ 2º e 3º)

5 – Decreto n. 56.130/2021, DOE de 07/10/2021

- **Estabelecimentos fabricantes de calçados ou de artefatos de couro:**

a) **Suspensão do diferimento na devolução ao estabelecimento fabricante – Prorrogação por prazo indeterminado** – **Alt. 5714** – Lei n. 8.820/89, art. 31, § 6º, “a” – Prorroga a suspensão, por prazo indeterminado, do diferimento na devolução ao estabelecimento fabricante de calçados ou de artefatos de couro, conforme especifica. (Apêndice II, Seção I, item II, nota 02)

b) **Crédito fiscal presumido – Prorrogação por prazo in-**



ALTERAÇÕES

VOLTAR

determinado – Alt. 5715 – Conv. ICMS 190/17, cl. 13ª – Prorroga, por prazo indeterminado, o crédito fiscal presumido concedido aos estabelecimentos fabricantes de calçados ou de artefatos de couro, nas saídas decorrentes de vendas de calçados ou de artefatos de couro e seus acessórios. (Lv. I, art. 32, CLXXXII, “caput”)

- c) **Nota Fiscal – Ajuste técnico em relação ao campo destinado ao destaque do imposto da parte não diferida – Alt. 5716** – Promove ajuste técnico para adequação de prazo no dispositivo que trata da suspensão parcial do diferimento, na parte relativa às mercadorias fornecidas e empregadas diretamente pelo estabelecimento que realizar a industrialização de que trata o Apêndice II, Seção I, item II, nota 02. (Lv. II, art. 29, V, “b”, nota 03)

6 – Decreto n. 56.131/2021, DOE de 07/10/2021

- **Manutenção de crédito nas operações com fármacos e medicamentos destinados a órgãos da administração pública direta e indireta Federal, Estadual e Municipal, e a suas fundações públicas – Alts. 5717 e 5718** – Conv. ICMS 45/03 – Amplia para estabelecimentos que não sejam industriais nem importadores o benefício do não estorno

dos créditos fiscais nas entradas de mercadoria e de matéria-prima, material secundário e embalagem, incluído o serviço a elas relacionado, empregados na comercialização ou na industrialização dos fármacos e medicamentos destinados a órgãos da administração pública direta e indireta Federal, Estadual e Municipal, e a suas fundações públicas, que venham a sair ao abrigo da isenção do ICMS. (Lv. I, art. 9º, CXV, nota 01; e art. 35, XVIII)

ALTERAÇÕES NA INSTRUÇÃO NORMATIVA DRP 45/98, DIVULGADAS PELA SEFAZ/RS:

- 1 – Instrução Normativa RE n. 77/2021, DOE de 04/10/2021
- **Quitação ou parcelamento de débitos – Alterações** – Lei n. 6.537/73, art. 10 – Altera o percentual de redução da multa para o pagamento integral de crédito tributário após o trigésimo dia contado da notificação do Auto de Lançamento e antes de sua inscrição como Dívida Ativa e estabelece, nas condições fixadas, redução da multa na hipótese de desistência de impugnação do Auto de Lançamento antes da data do julgamento da primeira ou única instância.



ALTERAÇÕES

VOLTAR

Conforme disposto no art. 10 da Lei n. 6.537/1973, os créditos tributários que forem quitados ou parcelados até o trigésimo dia contado da data da notificação do Auto de Lançamento ou antes da inscrição como Dívida Ativa terão os seguintes descontos nas multas por infrações materiais ou por infrações formais:

ATA DO PAGAMENTO	MULTAS POR INFRAÇÕES MATERIAIS				MULTAS POR INFRAÇÕES FORMAIS
	DESCONTO PARA QUITAÇÃO	DESCONTO PARA PARCELAMENTOS			DESCONTO PARA QUITAÇÃO
		ATÉ 12 MESES	DE 13 ATÉ 24 MESES	DE 25 ATÉ 36 MESES	
Até 30º dia	50%	40%	30%	20%	50%
Após o 30º dia e antes da inscrição como Dívida Ativa	30%	20%	15%	10%	25%

Além disso, a referida norma estabelece que na hipótese de desistência de impugnação do Auto de Lançamento, total ou parcialmente, antes da data do julgamento da primeira ou única instância, a multa, relativa à parte em que tenha ocorrido a desistência, será reduzida de 25% (vinte e cinco

por cento) de seu valor, desde que o pagamento seja realizado integralmente em até 15 (quinze) dias contados da homologação da desistência, vedada a utilização de qualquer outra redução.

(Tít. III, Cap. XIII, 1.3 e 1.3.3)

2 – Instrução Normativa RE n. 78/2021, DOE de 04/10/2021

- **Restituição de ICMS por demanda de potência não utilizada de energia elétrica** – Estabelece procedimento de restituição do ICMS na demanda de potência de energia elétrica contratada e não utilizada, conforme decisão do Recurso Extraordinário 593.824 do STF, devendo ser observado o que segue:

A restituição de ICMS cabe somente quando no período de apuração houver diferença positiva entre a demanda contratada e a medida, conforme RICMS, Livro I, art. 19, IV.

A restituição poderá ser solicitada mediante requerimento encaminhado:

- a) no Portal e-CAC, no endereço eletrônico <http://www.receita.fazenda.rs.gov.br>, por contribuinte pessoa jurídica;



ALTERAÇÕES

VOLTAR

b) conforme orientação da Carta de Serviços, nos demais casos.

O pedido de restituição deve ser instruído com os seguintes documentos:

- a) cópia da decisão transitada em julgado que concedeu a restituição do imposto;
- b) cópia das Notas Fiscais/Contas de Energia Elétrica correspondentes ao período abrangido e que ensejam a restituição, de acordo com a decisão judicial exarada;
- c) respectivos comprovantes de pagamento das contas relativas aos documentos fiscais referidos na alínea “b “ ou, na impossibilidade de sua apresentação, declaração da distribuidora de energia de que todas foram pagas e não há débitos pendentes em relação as mesmas;
- d) se o requerente for inscrito no CGC/TE, cópia do livro Registro de Entradas onde conste o registro das operações correspondentes aos documentos fiscais referidos na alínea “b “;
- e) se o requerente for inscrito no CGC/TE como estabelecimento industrial, cópia do livro Registro de Entradas

onde conste o registro de apropriação dos correspondentes créditos fiscais de ICMS, se houver, ou declaração de que não realizou e nem realizará o creditamento de qualquer valor a título de ICMS decorrente da entrada de energia elétrica no estabelecimento correspondente aos documentos fiscais referidos na alínea “b “;

- f) planilha eletrônica em extensão.xls ou.xlsx discriminando, para cada documento fiscal referido na alínea “b “, as seguintes informações:
 - 1. data de emissão do documento fiscal;
 - 2. chave de acesso do documento fiscal;
 - 3. total da demanda contratada constante no documento fiscal, em kW;
 - 4. total da demanda medida constante no documento fiscal, em kW;
 - 5. total da demanda faturada constante no documento fiscal, em kW;
 - 6. demanda não utilizada, correspondente à diferença entre o total das demandas contratadas (número 3) e o total das demandas medidas (número 4), em kW;



ALTERAÇÕES

VOLTAR

7. valor da tarifa da demanda contratada constante no documento fiscal, em reais;
8. valor total da demanda contratada e não utilizada (multiplicação do número 6 pelo número 7), em reais;
9. alíquota do ICMS constante no documento fiscal;
10. valor do ICMS a ser restituído (multiplicação do valor do número 8 pelo número 9), em reais.

Na hipótese de haver processo judicial em andamento sobre a restituição, a Receita Estadual comunicará as distribuidoras de energia e a Procuradoria-Geral do Estado.

(Tít. I, Cap. XXXIX, Seção 6.0)

3 – Instrução Normativa RE n. 79/2021, DOE de 04/10/2021

- **Emissão de NF-e nas operações com jornais e produtos agregados com imunidade tributária realizadas por empresas jornalísticas, distribuidores e consignatários** – Ajustes SINIEF 1/12 e 31/19 – Modifica dispositivos relativos ao regime especial nas operações com jornais e produtos agregados com imunidade tributária realizadas por empresas jornalísticas, distribuidores e consignatários,

enquadrados nos códigos da CNAE listados a seguir, que devem obedecer ao disposto no Ajuste SINIEF 01/2012:

CNAE	DESCRIÇÃO
1811-3/01	Impressão de jornais
1811-3/02	Impressão de livros, revistas e outras publicações periódicas
4618-4/03	Representantes comerciais e agentes do comércio de jornais, revistas e outras publicações
4618-4/99	Outros representantes comerciais e agentes do comércio de jornais, revistas e outras publicações
4647-8/02	Comércio atacadista de livros, jornais e outras publicações
4761-0/02	Comércio varejista de jornais e revistas
5310-5/01	Atividades do Correio Nacional
5310-5/02	Atividades de franqueadas e permissionárias do Correio Nacional
5320-2/02	Serviços de entrega rápida
5812-3/00	Edição de jornais
5822-1/00	Edição integrada à impressão de jornais

(Tít. I, Cap. LXV, 1.0)

4 – Instrução Normativa RE n. 80/2021, DOE de 06/10/2021

- **TJLP – 4º Trimestre de 2021** – Acrescenta os valores da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) referentes ao 4º trimestre de 2021.



ALTERAÇÕES

[VOLTAR](#)

No Apêndice XXV, ficam acrescentados os seguintes valores da TJLP:

ANO	MÊS	TJLP % AO MÊS	COMUNICADO DO BANCO CENTRAL		
			TJLP % AO ANO	N.	DATA
...
2021	Out	0,4433	5,32	37.739	30.09.2021
	Nov	0,4433			
	Dez	0,4433			

(Ap. XXV)

5– Instrução Normativa RE n. 81/2021, DOE de 08/10/2021

- **Registro de passagem nas operações interestaduais com gasolinas, exceto de aviação, e óleo diesel** – Prevê, a partir de 01/11/21, a obrigatoriedade de registro de passagem nas operações interestaduais com gasolinas, exceto de aviação, e óleo diesel.

Com isso, no Capítulo LXVI do Título I, é dada nova redação à tabela do item 1.1, mantida a redação do subitem 1.1.1, conforme segue:

DESCRIÇÃO DA MERCADORIA	NBM/SH-NCM	OP. DE ENTRADA NO ESTADO, POR MODAL RODOVIÁRIO, C/ DOC. FISCAL DE VALOR EM R\$ SUPERIOR A:	DATA DE INÍCIO	DATA DE FIM
Leite cru refrigerado	0401.20.90	10.000,00	01.07.2014	30.06.2015
Leite cru pré-beneficiado integral	0402.29.10	10.000,00	01.07.2014	30.06.2015
Mel natural	0409.00.00	10.000,00	15.11.2013	30.06.2015
Feijão	0713.33	5.000,00	01.04.2013	30.09.2013
Açúcar de cana	1701	5.000,00	01.04.2013	30.09.2013
Álcool etílico	2207 e 2208	5.000,00	01.04.2013	30.06.2015
Tabaco	2401	5.000,00	01.04.2013	30.06.2015
Cigarro	2402	5.000,00	01.04.2013	30.09.2013
			01.03.2014	30.06.2015
Gasolinas, exceto de aviação	2710.12.59	5.000,00	01.07.2020	31.08.2020
			01.11.2021	–
Óleo Diesel	2710.19.21	5.000,00	01.07.2020	31.08.2020
			01.11.2021	–
Couro bovino	4101 e 4104	10.000,00	13.08.2012	31.03.2016
			01.05.2016	30.04.2017
			01.06.2017	31.05.2019
			01.06.2019	19.03.2020
			01.07.2020	31.08.2020
Demais mercadorias	–	200.000,00	01.04.2013	30.06.2014



ALTERAÇÕES

[VOLTAR](#)

DESCRIÇÃO DA MERCADORIA	NBM/SH-NCM	OP. DE SAÍDA NO ESTADO, POR MODAL RODOVIÁRIO, C/ DOC. FISCAL DE VALOR EM R\$ SUPERIOR A:	DATA DE INÍCIO	DATA DE FIM
Arroz em casca	1006	0,00	01.09.2014	31.10.2014
			05.02.2015	30.06.2015
Arroz beneficiado	1006	0,00	01.09.2014	31.10.2014
			05.02.2015	30.06.2015
Gasolinas, exceto de aviação	2710.12.59	10.000,00 5.000,00	01.03.2016	31.12.2017
			01.01.2018	19.03.2020
			01.07.2020	31.08.2020
Óleo Diesel	2710.19.21	10.000,00 5.000,00	01.11.2021	–
			01.03.2016	31.12.2017
			01.01.2018	19.03.2020
			01.07.2020	31.08.2020
			01.11.2021	–

ção e Apuração do ICMS – Simples Nacional (GIA-SN), que deixou de ser utilizada a partir de 01/01/16. (Tít. I, Cap. LIII; Tít. III, Cap. XIII, 1.1, tabela; e Tít. IV, Cap. V, 1.1).

Esta Instrução produz seus efeitos a partir de 1º de novembro de 2021.

(Tít. I, Cap. LXVI, 1.1, tabela)

6– Instrução Normativa RE n. 82/2021, DOE de 08/10/2021

- **Revogadas instruções acerca da GIA-SN** – Ajuste técnico para suprimir dispositivos que referem a Guia de Informa-

CCA BERNARDON CONSULTORIA CONTÁBIL E TRIBUTÁRIA

Rua Visconde do Rio Branco, 477 | Floresta 90220-231 | Porto Alegre/RS

Fone: (51) 3027-1700 | cca@cca.com.br | www.cca.com.br

Consultoria,
treinamento para gestão administrativa
e atuação em processos e negócios.

CCA
BERNARDON
CONSULTORIA CONTÁBIL E TRIBUTÁRIA